

O retorno dos brasiguaios

Angelo Priori* & Roberto Carlos Kluack**

Resumo: Recentemente a problemática dos “brasiguaios” voltou a figurar nas páginas da grande imprensa brasileira. A bola da vez foi o acampamento dos brasiguaios no município de Itaquiraí – MS. Aproveitando o momento, este texto analisa, de um lado, o processo de imigração brasileira na Região Fronteiriça Oriental do Paraguai, em decorrência do fechamento da fronteira agrícola no estado do Paraná entre as décadas de 1960 e 1970, gerando a *expulsão*, e dos incentivos dados pelo governo de Stroessner à imigração brasileira como fator de *atração*. Por outro, discute a configuração de um novo processo migratório com sinais invertidos a partir de meados da década de 1980. Com a conclusão dos trabalhos de desflorestamento e limpeza dos terrenos, as terras disponíveis para os contratos de arrendamento progressivamente chegaram ao fim. Excluídos do acesso a terra, restou aos brasiguaios o trabalho assalariado nas médias e grandes propriedades, nos silos e nas cidades. Enfim, a mecanização da agricultura, a incorporação da pequena propriedade pelas grandes e a ausência dos direitos trabalhistas e sociais têm levado os brasiguaios, há mais de 20 anos, a buscar o caminho de volta e a lutar pela terra no Brasil.

Palavras-chave: Brasil-Paraguai; imigração; colonização; mecanização da agricultura; luta pela terra.

The returned of the “brasiguaios”

Abstract: Recently, the “brasiguaios” problem returned to the pages of the Brazilian press. The was the camp of brasiguaios in the city of Itaquiraí – MS. Taking advantage of the opportunity, this text analyzes, on one side, the process of Brazilian immigration in the Eastern Border Region of Paraguay due to the closure of the agricultural frontier in the state of Paraná between the 1960’s and 1970’s, leading to expulsion, and the incentives given by the Stroessner administration to Brazilian immigration as an attraction factor. On the other hand, this text discusses the configuration of a new migratory process from the middle 1980’s. With the end of the works on deforestation and cleaning of the terrains, the lands available for lease contract gradually came to and end. Excluded from the access to land, the only chance left for the “brasiguaios” were the salaried employments in medium and large farms, in silos and the manual work in the cities. Finally, the mechanization of agriculture, the incorporation of the small holdings by the large ones and the absence of labor and social rights have led the brasiguaios, more than 20 years ago, to seek the way back and fight for land in Brazil.

Keywords: Brazil-Paraguay; immigration; colonization; mechanization of agriculture; fight for land.

* ANGELO PRIORI é Professor do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá.

** ROBERTO CARLOS KLUACK é Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá.

No dia 24 de abril de 2010 o Senado paraguaio autorizou o Presidente Fernando Lugo a decretar estado de exceção, nos departamentos (estados) de Concepción, San Pedro, Amambay, Presidente Hayes e Alto Paraguay, com o objetivo de reforçar o combate ao Exército do Povo Paraguuaio (EPP). Uma semana depois, a questão dos “brasiguaios” voltou a figurar nas manchetes dos principais jornais do Brasil. Desta vez, o destaque foi para o acampamento dos brasiguaios organizados pelo MST, instalado à beira da BR-193, no município de Itaquiraí – MS.

O retorno dessa população de camponeses brasileiros residentes no Paraguai vem acontecendo ao longo dos últimos 25 anos, sendo objeto de notícia na imprensa, quase sempre quando há um estado de tensão mais visível na fronteira de Brasil e Paraguai, como agora, após o decreto de estado de exceção.

Vale lembrar que não são os fazendeiros brasileiros que estão sendo expulsos do Paraguai pelos camponeses e pela polícia, como parece sugerir o jornal Folha de São Paulo, ao entrevistar um brasiguai acampado em Itaquiraí, “foi um dos primeiros a deixar sua fazenda paraguaia” (FOLHA, 30 abr. 2010).

Existe uma diferença clara entre “brasiguaios” e “brasileiros no Paraguai”. Os primeiros “são os pobres, os oprimidos, os sem direitos trabalhistas e sociais, enfim, aqueles sem pátria e sem esperança”; os segundos, pelo contrário, “tem pátria, porque tem poder econômico, político e simbólico para escolher a pátria que melhor lhes convier” (FERRARI, 2009, p. 113).

Apesar de possuírem o poder econômico e mesmo político, o grupo

dos chamados brasileiros no Paraguai se viu efetivamente ameaçado com a derrota do Partido Colorado nas eleições de 2008. Antes de o Presidente eleito Fernando Lugo tomar posse, no dia 15 agosto daquele ano, a Folha de S. Paulo publicou uma matéria, intitulada *Brasiguaios se armam para reforma de Lugo* (FOLHA, 08 jun. 2008), apontando que os grandes proprietários brasileiros resolveram se armar para prevenir possíveis mudanças na estrutura agrária do país.

Passados quase dois anos do governo de Fernando Lugo, o grupo dos brasileiros no Paraguai continuam efetivamente protegidos pelas autoridades paraguaias, pois existe todo um aparelhamento do Estado, fruto dos 72 anos em que o Partido Colorado permaneceu no poder, que limita a ação do Presidente Lugo. Por outro lado, os chamados brasiguaios sempre estiveram sujeitos a sofrer algum tipo de exploração ou violência principalmente por parte das autoridades paraguaias locais.

A trajetória dessa população de camponeses em território paraguaio tem início a partir da década de 1960, com a expansão da fronteira agrícola na Região Fronteiriça Oriental (RFO) do Paraguai.

Anos antes, em 1954, o General paraguaio Alfredo Stroessner tomou o poder por meio de um golpe de Estado que derrubou o governo civil de Frederico Chaves. No entanto, para Stroessner não aparecer como “golpista”, estrategicamente o ditador não assume de imediato o posto de Presidente. No seu lugar, a junta de governo do Partido Colorado indica provisoriamente Romero Pereira. Mas, em junho do mesmo ano, a Junta convoca eleições e indica Alfredo Stroessner como candidato colorado (MORAES, 2007).

No final da década de 1950 e início da década 1960, Stroessner conseguiu apaziguar e reestruturar o partido colorado e se consolidar no cargo de Presidente do Paraguai (YORE, 1992). Depois de “ajeitar a casa”, Stroessner começou a colocar em prática um plano de crescimento econômico por meio de um processo de reforma agrária (WAGNER, 1990, p.14). O objetivo em vista era expandir a fronteira agrícola do país, mas que fosse uma agricultura com bases modernas, destinada, sobretudo, à exportação. Esse processo ficou conhecido como a “marcha para o leste”, que incluía, também, a aproximação definitiva do Paraguai com o Brasil, cujos sinais já havia sendo dados desde o governo de Getúlio Vargas¹. Essa aproximação com o Brasil era pragmática e tinha por objetivo abrir “um novo pulmão econômico que poderia ajudar o Paraguai a se livrar de sua histórica dependência para com a Argentina” (MENEZES, 1987, p. 50).

Na concepção da elite política paraguaia, fortemente influenciada pelo pensamento positivista, a economia do país somente cresceria “para fora” se fosse alicerçada no incentivo à imigração de camponeses sulistas brasileiros, tidos como detentores de uma experiência pioneira e de técnicas de produção agrícola moderna. Ao mesmo tempo, a integração da RFO

possibilitaria a transferência de camponeses paraguaios da região central² do país para a nova fronteira agrícola, em colônias oficiais promovidas pelo Instituto de Bienestar Rural (IBR). Isso atendia inclusive uma velha reivindicação dos latifundiários paraguaios que viam na transferência de camponeses uma maneira de aliviar os conflitos fundiários naquela região.

Para viabilizar e incentivar a imigração de camponeses brasileiros, o governo paraguaio substituiu em 1963 o Instituto de Reforma Agrária (IRA) pelo Instituto de Bienestar Rural (IBR). Nesse mesmo ano, é promulgado o novo Estatuto Agrário. Entre os anos de 1962 e 1965, é construída a Ponte Internacional da Amizade, inaugurada em 27 de março de 1965. Destaque para o ano de 1967, quando houve a revogação da lei que não permitia a venda de terra para estrangeiros na região de fronteira. Em 1973 foi assinado o Tratado de Itaipu para o aproveitamento hidroelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná. Muitos dos trabalhadores brasileiros que construíram a Usina irão se deslocar para o Paraguai.

Além disso, para atrair os imigrantes, foram concedidos estímulos como o financiamento da produção pelo Banco Nacional do Fomento (BNF) e manutenção de impostos baixos (CHIAVENATO, 1980, p. 77; CEP, 1985). Com isso, quem podia comprar terras no Paraguai conseguia financiamento com facilidade, e o imposto baixo proporcionava condições para se produzir por um custo menor. Ademais, os baixos preços das terras atraíam muitos agricultores brasileiros para dentro do Paraguai. Além do que,

¹ Em 1941, Getúlio Vargas se torna o primeiro chefe de Estado brasileiro a visitar o Paraguai. Conforme Batista (1990), na ocasião foi assinado vários compromissos e protocolos que permitiram: a troca de livros e outras publicações, acesso do Paraguai ao porto de Santos, estudo de navegação no Rio Paraguai, troca de touros de raça e de técnicos, abertura de créditos para o comércio, estudo sobre a possibilidade de construção de uma ferrovia interligando Concepción e Pedro Juan Caballero e para a criação de uma frota brasileira-paraguaia, e acordos culturais.

² A Região Central do Paraguai é formada pelos departamentos que distam até 100 km de Assunção, compreendida pelos departamentos de Cordellera, Central, Paraguari e Misiones.

como a produção era feita na fronteira, era comum transportar a safra ilegalmente para o Brasil, onde se conseguia preços melhores pela produção.

Mas essa política de atração de trabalhadores estrangeiros empreendida pelo regime de Stroessner não explica por si só a expressiva presença de brasileiros em território paraguaio. Mesmo não sendo a causa principal, ela teve um papel facilitador à canalização desta corrente migratória ao território paraguaio.

Não só a experiências dos “brasiguaios”, mas as migrações em massa ocorridas dentro do território brasileiro são provocadas devido à ausência das reais condições de vida e de trabalho nas fronteiras agrícolas já consolidadas, de um lado, e a esperança em dias melhores nas regiões de “atração”, por outro. Esses fatores têm ocasionado um contínuo vai e vem de camponeses em busca de um pedaço de terra e de uma vida melhor para suas famílias, muitas vezes ultrapassando até mesmo as fronteiras dos Estados nacionais, como bem demonstra o caso dos “brasiguaios”.

A partir da década 1960, com mais intensidade no decênio de 1970, milhares de trabalhadores brasileiros decidiram tentar a sorte no outro lado do limite internacional, rumo à fronteira agrícola que se abria na RFO do Paraguai. A grande maioria dessa população de camponeses que emigrou era a mesma que outrora havia colonizado a região sudoeste-oeste e norte-noroeste paranaense, entre as décadas de 1930 a 1970.

A fronteira agrícola no estado do Paraná começou a se fechar a partir da década de 1960, atingindo uma enorme massa de trabalhadores no decênio seguinte,

em decorrência de uma aceleração do processo de transformação do padrão fundiário brasileiro, identificado na modernização conservadora da agricultura e no conseqüente processo de diferenciação socioeconômica no campo (SILVA, 2007). A entrada do grande capital no campo e o incentivo do Regime Civil-Militar à agroindústria, em detrimento do modo de produção familiar, geraram uma grande disponibilidade de mão-de-obra no campo paranaense. Terminado o “sonho do eldorado paranaense”, essa massa de trabalhadores se deslocou para as novas fronteiras agrícolas localizadas na região Amazônica e no Paraguai, ou fixaram-se precariamente nas cidades.

Para muitos desses trabalhadores, a migração para o Paraguai era uma resposta às condições precárias de trabalhadores assalariados no campo ou nos trabalhos braçais nas cidades. Neste sentido, depositavam naquele país suas esperanças em superar as duras experiências sociais em que viviam no Brasil. Entretanto, muitos viram suas perspectivas serem frustradas naquele país³.

Nos departamentos fronteiriços (Canindeyú, Alto Paraná e Amambay), desde o início da década de 1980, já estava em fase de finalização o processo de abertura dos terrenos e se encontrava em marcha acelerada o processo de mecanização do complexo da soja. Com

³ As principais dificuldades enfrentadas em território paraguaio foram com relação à falta da carteira de imigrante e com a titulação das propriedades, a exploração na hora da comercialização e à falta de infra-estruturas básicas de sobrevivência. Ademais, embora o preço das terras no Paraguai fosse bem inferior aos praticados no Brasil, nem todos os brasileiros no Paraguai conseguiram se tornar proprietários de um pedaço de terra. A maioria somente conseguiu acesso a terra por meio de arrendamentos, que acabavam quando as terras já estavam limpas.

isso terminaram-se as terras disponíveis para os contratos de arrendamento e, ao mesmo tempo, diminuía-se os créditos agrícolas do BNF. Isso teve como consequência a liberalização de uma grande quantidade de mão-de-obra no campo.

No lado do Brasil, depois de um processo de transição política, a ditadura Civil-Militar chegava ao fim no ano de 1985. O anúncio do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) pelo novo regime abriu a possibilidade de realização da Reforma Agrária no Brasil.

As dificuldades de sobrevivência que se acentuava a cada dia no Paraguai, e a esperança de conseguir um pedaço de terra na mãe-pátria com a divulgação do PNRA em território paraguaio, fizeram com que muitos trabalhadores buscassem o caminho de volta ao Brasil.

O retorno dos chamados “brasiguaios” representou dois momentos de luta pelo acesso a terra (BATISTA, 1990). O primeiro modo de reivindicar um pedaço de terra foi na forma direta de ocupar o latifúndio e resistir aos aparelhos de repressão. Essa tática de pressionar o Estado para a distribuição de terras foi usada em 29 de abril de 1984, quando um pequeno grupo de 60 famílias de camponeses proveniente do Paraguai; e aproximadamente mil sem-terra e ex-arrendatários da região de Mundo Novo-MS, se organizaram para a ocupação da fazenda Santo Ângelo (que pertencia ao grupo SOMECO), nas margens do rio Guirái, no município de Ivinhema – MS. Era a primeira ocupação organizada do Mato Grosso do Sul e uma das maiores do Brasil (CORTEZ, 1993). Dezessete dias depois são despejados. Das famílias vindas do Paraguai, sem ter para onde ir, muitas retornaram àquele país.

Em maio 1985, um grupo de imigrantes brasileiros residentes em território paraguaio acompanhou a Executiva Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nas audiências com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e no Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD). Na ocasião, o então Ministro do MIRAD, Nelson Ribeiro, teria afirmado aos “brasiguaios” que o governo não poderia fazer nada por eles enquanto estivessem residindo em território paraguaio (SPRANDEL, 1992).

A saída seria organizar-se para voltar ao Brasil. A estratégia e a tomada de decisão para o retorno foi sendo traçada nas “[...] reuniões [que] aconteciam no meio das roças, nas caminhadas pelas estradas, sem despertar as suspeitas dos comissários da polícia”, como enfatizou José Farias, uma das lideranças dos brasiguaios (apud, CORTEZ, 1993, p.46).

Na madrugada de 14 de junho de 1985, as primeiras famílias começaram cruzar a fronteira com destino ao município de Mundo Novo (MS), localizado a 14 quilômetros da fronteira Brasil-Paraguai, onde levantaram o acampamento no centro da cidade, ao lado da Prefeitura. Em poucos dias o acampamento já contava com 800 famílias de camponeses, o que representava aproximadamente sete mil pessoas, vivendo em estado de miséria quase absoluta (CORTEZ, 1993).

Esse acampamento representou uma mudança na tática de exercer pressão sobre o Estado para a realização da reforma agrária (BATISTA, 1990). O insucesso da ocupação da fazenda Santo Ângelo e a forte repressão recebida da polícia do estado do Mato Grosso do Sul levaram os “brasiguaios” a “[...] utilizar os acampamentos nas cidades

que estrategicamente serviriam como forma de pressão, de preferência municípios da fronteira com o Paraguai para facilitar o retorno [...]” (BATISTA, 1990, p. 120).

Também foi em Mundo Novo que o termo “brasiguai” apareceu pela primeira vez. O significado da palavra, nesse momento, estava ligado à falta de direitos dos sem-terra brasileiros que estavam abandonando o Paraguai por não possuírem direitos naquele país, mas que ao chegar ao Brasil sua cidadania também lhe era negada pelo Estado, cuja justificativa era a de não residirem no país. No Paraguai não eram paraguaios e, no Brasil, também não eram brasileiros. Desse dilema, surge o termo “brasiguaios”⁴.

Até o fim da década de 1980, o regresso dos brasiguaios ao Brasil ocorreu de acordo com duas situações (SPRANDEL, 1992). A primeira diz respeito à *expulsão*, que ocorre com o fim das terras disponíveis para desflorestamento, quando os trabalhos de limpeza se tornam desnecessários, dando lugar à agricultura mecanizada e as fazendas para a criação de gado. Outro modo de retorno é a *fuga*.

São situações de trabalhadores brasileiros que estavam empregados em regime de imobilização da mão-de-obra, de arrendatários que não poderiam sair antes de formar as lavouras ou pastagens dos proprietários das terras, e ainda de pessoas que se sentiam ameaçadas

pelos oficiais paraguaios. Muitos fogem a pé, com as famílias, deixando tudo para trás, chegando aos acampamentos do Estado do Mato Grosso do Sul em estado de miséria e sem saúde (SPRANDEL, 1992, p. 113)

De modo geral, conforme a conclusão da autora, o momento de adesão aos grupos que buscavam o caminho de volta

[...] é narrado como uma solução circunstancial e oportuna para situações consideradas bastante difíceis. Finais de contratos de arrendamento, exigências de saída de posseiros através de indenizações ínfimas, problemas jurídicos com propriedades já pagas, seja com empresas privadas de colonização ou órgãos fundiários paraguaios, são apontados como motivos de insatisfação que levaram à opção pela pressão pelo acesso à terra junto à autoridades fundiárias brasileiras (SPRANDEL, 1992, p. 329).

Diante da “dura realidade” vivida no Paraguai, a solução encontrada pelos brasiguaios foi a de voltar e lutar por “melhores dias” em território brasileiro.

Contudo, mesmo para os pequenos agricultores que não tiveram graves problemas no período de residência no Paraguai, a mobilização para o retorno representou uma oportunidade para a obtenção de terras. Assim, o fator primordial para o retorno dos brasiguaios em 1985 foi a divulgação em território paraguaio da notícia de que o novo governo brasileiro daria início no país ao processo de Reforma Agrária (SPRANDEL, 1996).

Em síntese, a realidade vivida pelos brasiguaios em território paraguaio é bastante complexa. Por um lado, a partir do início da década de 1980, tem

⁴ Sprandel (1992) analisou a utilização da expressão “brasiguaios” pelos acampados em Mundo Novo e concluiu que o termo tomou forma de identidade, dotada de um discurso político que reafirmava constantemente a nacionalidade brasileira, exigindo, desse modo, o reconhecimento do governo e da sociedade sua condição de cidadãos brasileiros, reivindicando, destarte, os direitos de tal cidadania.

diminuído progressivamente as terras disponíveis para os contratos de arrendamento à medida que os terrenos ficavam prontos para o cultivo mecanizado do complexo da soja (soja, milho, trigo, girassol e canola). Excluídos do acesso a terra, coube aos brasiguaios os trabalhos temporários e sem direitos trabalhistas “nas grandes e médias propriedades, nos silos, [e no] trabalho braçal urbano” (FERRARI, 2009, p. 108). Por outro, a pressão do agronegócio sobre a agricultura familiar, de tão exacerbada, tem levado a expulsão violenta de muitos brasiguaios de suas propriedades.

Entretanto, uma matéria da /folha de S. Paulo (30 abr. 2010) aponta que os brasiguaios estariam sendo expulsos do Paraguai não pelo agronegócio, mas pelos camponeses, pelos milicianos e pela polícia. Contudo, um trabalho recente demonstra (FERRARI, 2009, p. 144) que muitos dos pequenos agricultores expulsos do Paraguai pelos camponeses paraguaios geralmente são vizinhos de grandes proprietários e são precisamente aqueles que se recusam vender sua pequena parcela de terra ao latifundiário, sendo do interesse deste a expulsão dos pequenos agricultores.

Sob essas condições, há mais de duas décadas, que os brasiguaios estão regressando ao país em que nasceram na esperança de conseguir o tão sonhado pedaço de terra. O caso mais recente que chamou a atenção da mídia foram os brasiguaios de Itaquiraí, como apontou a Folha de S. Paulo (01 maio. 2010) na reportagem intitulada “*MST aproveita crise para atrair brasiguaios*”⁵, por coincidir com um

momento de instabilidade política no país vizinho. Entretanto, a situação política no Paraguai, com a aprovação do estado de exceção, no último dia 24 de abril pelo Senado paraguaio, tem um papel secundário na decisão do regresso dos brasiguaios, embora essa instabilidade política possa acelerar essa tomada de decisão.

Referências

- BATISTA, L. C. **Brasiguaios na fronteira:** caminhos e lutas pela liberdade. 1990. 162f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- CHIAVENATO, J. J. **Stroessner:** retrato de uma ditadura. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- CONFERENCIA EPISCOPAL PARAGUAYA (CEP). **El fenómeno migratorio en el Paraguay.** Asunción: Cuadernos de Pastoral Social, 1985.
- CORTEZ, C. **Brasiguaios:** os refugiados desconhecidos. Campo Grande: Brasil-Agora, 1993.
- FERRARI, C.A. **Dinâmica territorial na(s) fronteira(s):** um estudo sobre a expansão do agronegócio e a exploração dos brasiguaios no norte do Departamento de Alto Paraná – Paraguai. 2009. 193f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.
- FOLHA DE S. PAULO, 08 jun. 2008.
- FOLHA DE S. PAULO, 30 abr. 2010.
- FOLHA DE S. PAULO, 01 maio. 2010.
- MENEZES, A. M. **A herança de Stroessner:** Brasil-Paraguai, 1955-1980. Campinas: Papirus, 1987.
- MORAES, C. Interesses e colaboração do Brasil e dos Estados Unidos com a ditadura de Stroessner-1954-63. **DIÁLOGOS**, v. 11, n. 1 e 2, p. 55-80, 2007.

⁵ Na verdade, o MST tem incentivado o retorno dos brasiguaios desde o final da década de 1990. Em 1999, por exemplo, existia um acampamento na beira da BR 277, no município de Ibema, que serviu de ponto de encontro dos

brasiguaios. Dali seguiam para os acampamentos do MST situados nas diversas regiões do Paraná.

SILVA, H. M. **Fronteireiros:** as condicionantes históricas de ocupação e colonização do oriente paraguaio. A região de Katueté, no Departamento de Canindeyú – 1970 – 2000. 2007. 290f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SPRANDEL, M. A. **Brasiguaios:** conflito e identidade em fronteiras internacionais. 1992.

2v. 499f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós - Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1992.

WAGNER, C. **Brasiguaios:** homens sem pátria. Petrópolis: Vozes, 1990.

YORE, F.M. **La dominación stronista:** orígenes y consolidación. Asunción: BASE-IS, 1992.